



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – “OSMAR DE AQUINO”
DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

PRISCILA SORAIA DE MORAIS MARTINS

**O ALUNO SURDO E O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

**GUARABIRA - PB
2018**

PRISCILA SORAIA DE MORAIS MARTINS

**O ALUNO SURDO E O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de
Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba**

**GUARABIRA – PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M379a Martins, Priscila Soraia de Moraes.

O aluno surdo e o processo ensino-aprendizagem na educação básica [manuscrito] / Priscila Soraia de Moraes Martins. - 2018.

39 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Alunos surdos. 2. Aprendizagem. 3. Inclusão. I. Título

21. ed. CDD 371.9

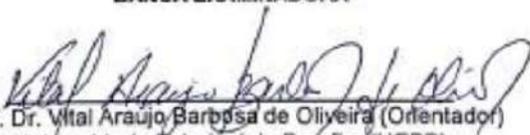
PRISCILA SORAIA DE MORAIS MARTINS

**O ALUNO SURDO E O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia do Centro de
Humanidades da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
para obtenção do grau de Licenciada
em Pedagogia, sob a orientação da
Prof. .Dr. Vital Araújo Barbosa de
Oliveira.

Aprovada em: 14/11/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. José Mácio Ramalho Teóculo (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Ms. Sheila Gomes de Melo (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu filho amado Davi Morais Honório de Medeiros, meu maior incentivo para que eu nunca desista de lutar pelos meus sonhos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado forças para chegar até aqui. Em segundo lugar, a minha família que esteve sempre presente ao meu lado me dando total apoio para a realização do meu sonho, principalmente minha mãe Maria do Livramento de Moraes Freitas que me ajudou cuidando do meu filho para que eu pudesse concluir o curso.

Meus Sinceros agradecimentos ao meu orientador Professor Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira, pela dedicação e paciência comigo durante o período de orientação.

Minha eterna gratidão, as minhas amigas de curso da turma de Pedagogia 2013.2 Noite, pelo companheirismo e ajuda. Enfim, a todos aqueles que de diferentes maneiras deram a sua contribuíram para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de trazer uma análise reflexiva acerca do processo de ensino aprendizagem de alunos surdos no ensino regular, considerando o contexto real das escolas, suas carências e reflexos no aprendizado dos estudantes com surdez. Aborda alguns fatores históricos relevantes na construção da educação dos surdos, bem como as políticas voltadas para esse aspecto. Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa através de um questionário de múltipla escolha, aplicado a 19 profissionais docentes. Por meio das informações e reflexões advindas da análise qualitativa e bibliográfica, verificou-se que a inclusão de alunos surdos, de que tanto se fala, se torna um elemento utópico, quando se tem em vista a ausência de diversos recursos e ações que geram imensas lacunas nesse processo, e que mesmo assim, boa parte dos profissionais considera que há inclusão efetiva para estes alunos surdos, sendo este público o maior prejudicado em todo esse contexto.

Palavras – chave: Alunos surdos; Aprendizagem; Inclusão.

ABSTRACT

The present work has the purpose of bringing a reflexive analysis about the learning process of deaf students in regular education, considering the real context of the schools, their needs and reflexes in the learning of students with deafness. It addresses some important historical factors in the construction of the education of the deaf, as well as policies focused on this aspect. For the development of this study, qualitative research was used through a multiple choice questionnaire, applied to 19 teaching professionals. Through the information and reflections derived from the qualitative and bibliographic analysis, it was verified that the inclusion of deaf students, of which much is spoken, becomes a utopian element, considering the absence of various resources and actions that generate immense gaps in this process, and that even so, many professionals consider that there is an effective inclusion for these deaf students, and this public is the most affected in this context.

Key words: Deaf students; Learning; Inclusion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

FUNAD - Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência

INES - Instituto Nacional de Educação dos Surdos

FSPS - Filhos de pais surdos

FSPO - Filhos de pais ouvintes

LDB - Lei de diretrizes e Bases da educação Nacional

AEE - Atendimento Educacional Especializado

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional de Educação

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Qual sua formação profissional?.....	26
GRÁFICO 2- Há quanto tempo ensina a alunos surdos?.....	26
GRÁFICO 3- Você utiliza algum recurso didático para facilitar o ensino aprendizagem dos alunos surdos?.....	27
GRÁFICO 4- Se sim, quais?.....	27
GRÁFICO 5- Quais as disciplinas que eles sentem mais dificuldades?.....	28
GRÁFICO 6- Na sala de aula a qual você atua, possui intérprete?.....	28
GRÁFICO 7- Existe aprendizagem do aluno sem a presença do intérprete?.....	29
GRÁFICO 8- Você possui curso de Libras?.....	29
GRÁFICO 9- Qual a maior dificuldade encarada ao se trabalhar com alunos surdos?	30
GRÁFICO 10- Os alunos surdos estão devidamente inclusos no sistema regular de ensino da sua escola?.....	30
GRÁFICO 11- Existe aprendizagem dos alunos surdos com professores sem a formação específica?.....	31
GRÁFICO 12- Se sim, é devido a:.....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL.....	10
2.2 INCLUSÃO.....	12
2.3 A COMUNICAÇÃO DO ALUNO SURDO.....	15
2.4 A APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO.....	17
2.5 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS.....	19
2.6 CURRÍCULO ESCOLAR: ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA INCLUSÃO.....	21
3 APORTES METODOLÓGICOS	24
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	24
3.2 PÚBLICO ALVO.....	24
3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	24
3.4 ANÁLISE DE DADOS	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE	37

1. INTRODUÇÃO

O interesse por esse tema de estudo se deu a partir da minha participação num curso de Libras oferecido pela FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência), o qual me despertou a curiosidade em compreender o processo de aprendizagem de alunos surdos. Durante um curto período de tempo, (duas semanas), foi concedida a oportunidade de viver uma experiência na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Júlia de Figueiredo na cidade de Sapé-PB, onde havia dois alunos surdos, esse contato mais próximo com esse contexto me motivou a desenvolver um estudo que abordasse o tema e viesse esclarecer dúvidas sobre a inclusão e aprendizagem desses alunos.

O objetivo desse trabalho é analisar como ocorre o processo de ensino aprendizagem do aluno com surdez no ensino regular onde não existem professores que possuem o domínio da Língua Brasileira de Sinais, e nem sempre possuem a presença de um intérprete na sala de aula.

Em virtude da inclusão dos alunos com deficiência auditiva no ensino regular, firmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9.394/96 de 20/12/96 – requer cada vez mais o aperfeiçoamento no sistema educacional. A inclusão de alunos com surdez no ensino regular, provoca mudanças tanto na escola quanto na formação docente, propondo uma educação que beneficie todos os alunos. São muitos os desafios, falta de recursos, ambiente inadequado e professores sem a formação adequada, onde a maioria ainda estão se adaptando a essa nova realidade educacional.

Diante desses desafios pertinentes a educação inclusiva no Brasil, ainda há muito para ser melhorado, mesmo tendo em vista que atualmente estamos passando por uma série de mudanças socioculturais, políticas e econômicas que refletem de forma direta na educação.

Dentro desse contexto, percebemos os debates acerca da inclusão de alunos surdos na educação básica, o que vem dando origem as políticas públicas desenvolvidas para esta causa, porém, mesmo com a interferência de terapeutas, linguistas, educadores, entre outros profissionais que buscam melhorar as condições para melhor atender o aluno surdo, percebemos ainda que são propostas que não condizem com a realidade total das escolas públicas, que apresentam falhas em termos de recursos e profissionais capacitados para tal caso.

Podemos perceber que perante a Educação de crianças surdas, há uma grande preocupação com sua aprendizagem e dos recursos que ainda estão inadequados, não só no contexto escolar mais na sociedade em geral, recursos que os ajude na comunicação com o outro, seja ele ouvinte ou não.

Desde a antiguidade no contexto histórico a comunidade surda tem sofrido muito, desde o seu reconhecimento humano, até a sua aceitação na sociedade, e como qualquer ouvinte, ter o direito de ensinar e aprender. A comunidade surda vem lutando em busca de seus direitos

“A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola.” (LACERDA, 2006)

Chega a ser curioso refletir sobre a prestação de serviços das escolas públicas que certamente trabalha com alunos surdos, porém muitas vezes não dispondo das condições necessárias para de fato, atendê-los de acordo com suas necessidades.

Trata-se de uma realidade existente e que não deve ser ignorada. O sistema educacional público apresenta várias carências, e em termos de inclusão, exerce um trabalho superficial, não desempenhando as competências ideais para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais.

Enfim, aqui apresentaremos questões que têm por objetivo esclarecer dúvidas em relação ao processo de ensino aprendizagem dos alunos surdos, bem como trazer informações para refletirmos sobre a inclusão, pelo fato de não quisermos apenas inserir, mas dispormos de um sistema educacional que preste um serviço de qualidade aos seus usuários e que atenda às necessidades específicas de pessoas com ou sem deficiência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

A educação dos surdos no Brasil teve início a partir da iniciativa de D. Pedro II em 1855, em trazer um professor Francês surdo Ernest Huet ao Brasil, ele veio e preparou um programa que consistia em usar o alfabeto manual e a língua de sinais da França, visto que no Brasil não havia uma escola especial, porém foi em 26 de setembro de 1857 que D. Pedro II fundou o Instituto Nacional de Educação dos Surdos Mudos, atualmente INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos).

Soares (1999, p.15) relata que:

Apesar de formar novos educadores e espalhá-los pelo Brasil, a metodologia de ensino empregada pela INES primava pela aquisição da linguagem oral e leitura labial por partes dos alunos surdos e, que, somente depois eram introduzidos os conteúdos do currículo escolar.

Quando se iniciou o ensino de Libras, os surdos estudavam em escolas para surdos e ensinavam a outros surdos a língua de sinais, pois nem todos tinham acesso à mesma. Através desse aprendizado os surdos passaram a formar suas identidades próprias e aperfeiçoando as questões comunicativas.

Vale ressaltar que na antiguidade os surdos eram rotulados como incapazes excluídos da sociedade e privados de seus direitos legais. Conviviam dentro de uma cultura preconceituosa, isenta de interferências positivas e colaboradoras para a sua necessidade, considerando a linguagem oral como única forma possível de comunicação.

Em 1880 no congresso de Milão foram reunidos surdos da Europa e EUA, e assim ficou definida uma nova corrente na educação dos surdos: a oralista. E a língua de sinais foi proibida oficialmente, argumentando-se que a mesma tornava os surdos preguiçosos e atrapalhava o desenvolvimento da fala. Foi uma decisão que causou grande impacto negativo no processo de formação da cultura surda, que passou por um período de aproximadamente cem anos acatando a proibição da língua de sinais.

Após o congresso de Milão, atribuíram aos surdos um conceito de deficiente, advindo do modelo médico, mais uma agressão a cultura surda que passa

descaracterizar-se, passando a ter a rotulação de anormal, incapaz, reavivando ainda mais as ideias arcaicas atribuídas a tais sujeitos.

Os surdos foram obrigados a oralizar e o ensino não foi tão satisfatório, resolveu então usar o método da comunicação total a junção da língua oral com a língua de sinais, que iniciou no final do século XIX, pois era vista de forma mais aberta e flexível, que permitia o uso de vários meios de comunicação, mas ainda assim o resultado da aprendizagem do surdo não foi o esperado, já que se idealizava o uso dos sinais junto a oralidade, sendo esta inteligível na tentativa do oralismo surdo.

Em meio às diversas tentativas de oralismo aos surdos, já no início do século XX, os insucessos passaram a ser reconhecidos e comentados. Um inspetor geral de Milão alegou que não havia bom desempenho mesmo após sete a 8 anos de escolaridade de alunos surdos, o aprendizado da leitura, escrita e fala se demonstravam demasiadamente falho, o que não tornava esses alunos capazes de exercerem outras profissões senão de costureiro ou sapateiro.

Em 1910, os psicólogos Binet e Simon realizaram um estudo sistemático e avaliativo da educação de surdos em instituições francesas, onde concluíram que a educação oralista não os formava com adequação para o mercado de trabalho, não favorecia na comunicação com pessoas estranhas e não permitia uma conversa coerente com pessoas de suas próprias relações.

Já na década de 60, estudos mais aprofundados sobre a língua de sinais, contemplaram desde sua estruturação interna até a gramática, atribuindo um valor linguístico que se igualava as línguas orais, mantendo funções semelhantes, com capacidade de diversas expressões.

Ao desenvolver estudos que compararam o aprendizado escolar de filhos surdos de pais surdos (FSPS) e filhos surdos de pais ouvintes (FSPO) , foi constatado que FSPS, desempenhavam um rendimento escolar melhor do que os FSPO, sem estagnação da fala e da leitura oro-facial.

Em 1964 e posteriormente em 1966, Stevenson e Meadow, chegaram a conclusão de que os filhos surdos de pais surdos tinham um desempenho acadêmico melhor do que os filhos surdos de pais ouvintes, não apresentando divergências na fala e na leitura oro-facial. Assim, foi constatado que o uso dos sinais não se tratava de uma prática desfavorável no desenvolvimento de crianças

surdas, mas sim, auxiliava no desempenho escolar sem interferência prejudicial nas potencialidades orais.

Como já dito anteriormente, durante aproximadamente 100 anos prevaleceu o predomínio oralista, mas em 1971 esse império foi desconstruído a partir do Congresso Mundial dos Surdos, em Paris, evento que proporcionou a apresentação e discussão de várias pesquisas e que resgatou o devido valor a língua de sinais.

Já em 1975, e um evento de caráter semelhante realizado em Washington, já era absorvida a ideia de que 100 anos de predomínio do oralismo não trouxe nenhuma contribuição para a educação dos surdos.

2.2 INCLUSÃO

A trajetória das pessoas com deficiência, é marcada pela exclusão, pois sua convivência na sociedade era podada pelas ideias preconceituosas que os rotulavam como incapazes e inferiores. Na Idade Média, deficientes eram mortos e perseguidos. Com o passar dos anos surgiu um novo conceito de prática da inclusão social, que tem sido analisada em várias décadas, para que os alunos com deficiência tenham a escolarização o mais próximo do normal e possam participar de forma mais ativa na sociedade.

Mesmo com o processo de inclusão, ainda encontramos algumas dificuldades. No caso dos surdos, seus direitos permanecem sem o devido cumprimento, alguns professores ainda não possuem conhecimento da comunicação apropriada para esse tipo de aluno, ocorrendo assim, uma oferta de ensino inapropriada para atender as necessidades de alunos que comportam certas especificidades.

A inclusão chega ao Brasil através da Constituição Federal de 1988 e com a criação da lei nº 9394/96 Lei de Diretrizes e bases Nacionais da Educação. A Constituição dá oportunidade para a construção de novos caminhos, respeitando o direito de todos, e isso inclui as pessoas com deficiência, suas necessidades de acessibilidade e inclusão educacional e social.

A educação inclusiva firmou-se a partir da conferência de educação para todos em 1990, visando a criação de mecanismos que pudessem favorecer a todos. Outro marco importante na história da educação para as pessoas com necessidades especiais foi a declaração da Salamanca ocorrida em 1994, com o objetivo a

inclusão de todas as crianças no ensino regular, com necessidades educativas especiais ou não.

Outro documento importante a ser destacado é o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, o qual regulamenta a lei da Libras de nº 10.436 de 24 de abril de 2002 é um documento específico sobre o uso e a difusão da Libras, como língua oficial no país.

Esse decreto cria cursos superiores de letras-Libras, dando oportunidade a uma formação superior aos interessados. Também cria curso de formação para tradutores/intérpretes de Libras também a nível superior, dando oportunidades de novos locais de emprego para esses profissionais. É de grande importância profissionais tradutores/intérpretes na sua atuação em sala de aula para alunos surdos inclusos. São eles que permitem a acessibilidade do aluno usuário de Libras e atuam como mediador entre o professor e os demais colegas ouvinte da escola.

Partindo desses direitos, incluir os alunos surdos nas salas de aula com alunos típicos requer pensar em um projeto político-pedagógico adaptando as suas necessidades, a sua situação linguística, social e cultural. Nesse sentido a educação bilíngue prevê a garantia da presença da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto educacional.

[...] é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultural humanos [...] e sem ela os indivíduos não são desprovidos de mente, mas os alcances dos seus pensamentos estão restritos, permanecendo num mundo imediato e pequeno (Sacks: 2002, p.56).

Tanto a Lei de Libras 10.436 de 24 de abril de 2002, quanto o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 tratam-se de documentos históricos e de cunho importante para a educação, para a cidadania, para a cultura e identidades surdas em nosso país.

Porém, mantendo um pensamento crítico acerca do discurso oficial, baseado em leis, e a realidade vivenciada nas escolas, surgem alguns questionamentos que aguçam a curiosidade. Será que as escolas vêm oferecendo os subsídios necessários para uma educação inclusiva de qualidade? O processo de inclusão realmente acontece de forma significativa ou chega a ser mais um discurso superficial que não passa de um decreto utópico?

Incluir é uma prática que se interliga a várias outras, está vinculada a um processo que requer competência profissional e comprometimento de todos os envolvidos. Não basta matricular um aluno com necessidades especiais em uma turma de ensino regular sem que haja a promoção de meios que favoreçam sua aprendizagem, nesse segmento, partimos da iniciação de um processo inclusivo para um constante processo de exclusão.

Levando em consideração a inclusão de alunos surdos no sistema de ensino regular, é de imensa importância que sejam considerados os aspectos linguísticos e culturais inerentes a comunidade surda, como condição justa para boas formas de convivência e aprendizado entre os indivíduos.

De acordo com o estabelecido na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008:

A Lei nº10. 436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2008, p.9).

O decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005 regulamenta a lei acima, dando o direito a criança surda de obter uma educação dentro de uma proposta bilíngue, onde a valorização da língua que o surdo use com maior propriedade sejam efetivas e reconhecidas.

Apesar das leis em vigor e de todos os avanços históricos que devem ser reconhecidos na educação dos surdos, há uma grande carência de preparação da escola para receber esses alunos e cumprir com o que é estabelecido por leis para oferecer um ensino eficaz.

No currículo há o conflito na compreensão do papel da escola, em uma sociedade fragmentada do ponto de vista racial, étnico e linguístico. É preciso assumir em uma perspectiva sociolinguística e antropológica na educação dos surdos dentro da instituição escolar, considerando a condição bilíngue do aluno surdo (SILVA, 2001,p.21).

Dessa forma, o autor nos chama a atenção para percebermos que existem escolas que não prestam o devido valor ao uso da Libras, língua própria da comunidade surda, com isso provocando as conseqüentes que atingem diretamente

o aluno surdo que em condição desfavorável de comunicação através da língua do seu uso viável.

Assim, compreendemos que a inclusão efetiva de alunos com necessidades especiais, em muitos casos, trata-se de um discurso utópico e que está longe de condizer com a realidade ocorrente nas escolas. Faz-se necessário atenção e ações que ajam direta e eficazmente nesse caso, com a finalidade de cumprir todos os decretos, chegando assim ao ideal de prestação de educação inclusiva.

2.3 A COMUNICAÇÃO DO ALUNO SURDO

Para que a inclusão da pessoa com deficiência auditiva na sala de aula regular aconteça, tanto o aluno quanto a escola deve ter uma boa preparação, para que ambos estejam prontos para participar dessa inclusão.

Um dos obstáculos encontrados pelo professor quando se depara com um aluno surdo em sala de aula é a comunicação. A maioria dos professores se sentem inseguros ao receber um aluno com surdez, esse fato também se deve a ausência de um intérprete em libras, profissional indispensável para um aluno surdo em inclusão ao sistema regular de ensino, e também, a falta de domínio da libras pelo próprio professor.

A falta de domínio de uma língua dificulta ou até mesmo inviabiliza a comunicação entre surdos e ouvintes, fazendo com que a construção do conhecimento sofra sérias falhas, comprometendo assim o desenvolvimento do aluno e o desempenho do trabalho do professor. Para que possa haver a comunicação entre surdo e ouvinte, é importante que o professor conheça a língua de sinais, considerada a língua oficial utilizada pela comunidade surda.

Para Quadroz (2006, p.7), a aquisição da língua de sinais é uma das formas de garantir a aquisição da leitura e escrita da língua Portuguesa pela criança surda. Sabemos que todas as línguas tem seus próprios parâmetros para a formação de palavras ou itens lexicais (que na Libras é chamado de sinal), a partir de regras cada língua combina elementos que formam palavras e as palavras formam as frases em um contexto.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais como uma língua usada pela comunidade surda Brasileira, regulamentada pelo Decreto da Lei de Libras nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, vem promover

debates mais aprofundados com relação ao respeito e valorização as especificidades linguísticas próprias da comunidades surda, bem como da utilização dessa língua nas escolas, tendo como prioridade promover práticas de ensino voltadas para o aprendizado de alunos surdos dentro da proposta bilíngue.

Nesta lei, Libras é conceituada como maneira de comunicação e expressão dentro de um sistema linguístico, originário da forma visual – motora, contendo assim uma estrutura gramatical própria. Trata-se de um sistema linguístico que tem por objetivo a transmissão de ideias e opiniões, relatos de acontecimentos ocorrentes dentro das comunidades surdas presentes no Brasil.

A libras não deve ser comparada ou associada a mímicas ou gestos, mas deve ser reconhecida por todos como língua, sendo esta, baseada na composição gramatical de sua propriedade, tendo total aptidão para expressar ideias, conceitos, acontecimentos decorrentes do meio em que o surdo está vivendo.

Por ser de modalidade viso - espacial, a Libras é o meio mais propício para garantir a comunicação dos surdos, já que estes não usufruem das contribuições auditivas, essa ideia se contraria totalmente aos conceitos antigos acerca da educação pensada para surdos, tendo em vista a existência do “império oralista” que por muito tempo oprimiu a forma de comunicação mais conveniente para a comunidade surda.

Atribuindo uma atenção a figura do professor, é importante fazermos uma relação reflexiva entre sua atuação em sala de aula com a presença de alunos surdos e a atuação do intérprete em libras nesse mesmo cenário. Certamente, o trabalho do intérprete é algo positivo, pois trata-se de um meio que possibilita o aprendizado dos alunos com surdez dentro do ensino regular, porém ressaltamos novamente, a importância do domínio linguístico que favoreça a comunicação do próprio professor com seu aluno surdo.

Trata-se de uma questão que possibilita ao professor a desempenhar sua função de forma emancipatória, ocupando seu papel em sala de aula, sendo o mediador sem extinção, tendo em vista que a relação entre aluno e professor deve se dar, preferencialmente, de forma igualitária, sem distinções.

A aprendizagem, assim como a inteligência, não é uma função autônoma. A criança surda a situação é mais complexa, porque há um fator concreto: a falta ou diminuição da audição. Para ensinar na escola, o recurso mais usado é a voz do Instrutor/Surdo, o que deixa a criança surda em desvantagem. (LIMA, 2008).

A falta de aptidão em Libras por parte do docente que atende alunos com surdez gera um abismo entre esse profissional e seu aluno que contém uma necessidade educacional especial. Essa distância é algo negativo para ambos, pois submete a comunicação entre professor e aluno a um constante “repasse de informações”, promovendo uma relação diferenciada da que existe entre docente e alunos ouvintes.

2.4 A APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO

A LDBEN, promulgada em 1996, Lei 9.394/96, art. 205 estabelece que: “A educação é direito de todos e dever sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Segundo Honora e Frizanco (2009, p.43), a alfabetização de alunos com deficiência auditiva, não se diferencia da alfabetização de um aluno ouvinte, levando em consideração que o aluno com deficiência auditiva fará uso de pistas auditivas e incentivadoras para o desenvolvimento da escrita. Porém, tratando-se da alfabetização de alunos surdos, identifica-se um processo muito mais complexo, que é alvo de discussões polêmicas em seminários e pesquisas que fazem essa abordagem.

A proposta do conteúdo curricular deve ser igualitária para alunos surdos e ouvintes, porém neste contexto são inseridas adaptações curriculares que devem favorecer esse processo de aprendizagem do aluno com surdez.

O uso de materiais visuais como jornais, revistas, propagandas, computador, televisão, cartazes, etc. servirá tanto para a compreensão do que está sendo apresentado para o aluno surdo, como para facilitar o entendimento de todos os alunos, principalmente para aqueles que tem mais dificuldades na aprendizagem.

De acordo com Call et al (2004, p. 190) deve-se prestar uma maior importância aos processos de aprendizagem, não um trabalho voltado apenas para um acúmulo de informações. Alunos surdos e ouvintes devem ser estimulados ao desejo de aprender e buscar conhecimento, de forma que possam construí-lo, devem ser mais incentivados a prática de leitura e a desenvolverem aptidão para resolução de problemas.

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio – afetivo linguístico e político – cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem (DAMÁZIO, 2007, p.13).

É um grande desafio para o docente, trabalhar de uma forma que promova um aprendizado igualitário entre alunos surdos e ouvintes, principalmente quando a própria escola não oferece meios nem recursos necessários para essa prática, desta forma atribuindo somente a matrícula como uma ação inclusiva.

Faz-se importante destacarmos também a eficiência do AEE – Atendimento Educacional Especializado, que trabalha na identificação, organização e formulação de recursos pedagógicos que promovam a devida acessibilidade para rompimento dos obstáculos que interferem na participação dos alunos, tendo em vista suas necessidades específicas.

Para que o aluno surdo tenha acesso a todos os conteúdos curriculares de forma satisfatória, é necessário que ele participe dos momentos didáticos pedagógicos oferecidos no contra turno na própria escola, o AEE. É uma maneira de intensificar a aprendizagem do aluno com necessidades educativas especiais, para que assim ele tenha um suporte a mais nesse processo.

Tratando-se dos alunos surdos, o AEE em libras traz uma base conceitual de conteúdos que são desenvolvidos em sala de aula, esse atendimento proporciona uma participação mais ativa em sala de aula por parte desses alunos, uma vez que passam a ter mais propriedade no que é trabalhado pelo professor, proporcionando melhor relação interativa com os colegas.

Segundo Damázio (2007, p. 35) em termos da organização didático pedagógico do ambiente do AEE, este deve conter um elevado número de imagens visuais, sendo atribuídas referências a essas ilustrações, para que assim possam favorecer no aprendizado da língua de sinais. Deve-se atentar também para a qualidade desses recursos visuais, uma vez que sua utilização é fundamental para promover o aprendizado dos conteúdos curriculares em libras.

2.5 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS

Favorecer o processo de inclusão e garantir um aprendizado significativo na educação do aluno surdo são propostas que tem uma relação direta com o desempenho do profissional docente. É visto que o professor é devidamente preparado em sua formação, para trabalhar com turmas com predomínio da língua oral, mesmo que haja uma disciplina voltada para o aprendizado de Libras durante o curso, resta saber se apenas isso é capaz de formar um profissional capaz de realizar um trabalho qualificado para atender alunos que apresentam surdez.

Segundo Saviani (2010, p.53):

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

É necessário compreender que a formação docente precisa ser contínua, nunca estagnada e limitada em conceitos permanentes. Um professor precisa desempenhar sua profissão junto a perspectivas inovadoras que o possibilitem enxergar meios que favoreçam sua prática e vencer os desafios existentes.

A visão de uma educação dada num mero processo de integração deve ser rompida e substituída por um conceito de inclusão que se fundamente de fato, com base nos direitos humanos, considerando que trata-se de um direito coletivo, que deve garantir acesso e permanência nas instituições de ensino.

Teoricamente, sabemos que o Estado deve se responsabilizar em garantir a capacitação para os professores, mas na prática podemos perceber falhas que comprometem o desempenho e qualidade dessa formação profissional. Carências que vão da falta de recursos ou materiais essenciais para a formação até a falta de relação entre teoria e prática. O ideal é que tal formação aconteça de forma que trabalhe essa junção de teoria e bases reais e que os conhecimentos profissionais sejam de cunho evolutivo.

Trabalhando dentro dessa perspectiva, é possível que o professor possa atuar de forma que considere e saiba lidar adequadamente com a diversidade,

compreenda as diferenças e saiba valorizar as potencialidades de seus alunos, assim o processo educativo se torna válido para docente e discentes que passam a construir em parceria, conhecimentos que os preparem para a vida.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, vem abordar diretrizes, metas e estratégias que devem ser alcançadas nos próximos dez anos, tendo como base a data de publicação. A meta 4, por exemplo, destaca o atendimento da pessoa com deficiência, com maior especificidade no item 4.7 que trata da garantia ao estudante surdo a educação bilíngue, em Libras como primeira língua, vindo a língua portuguesa como segunda na modalidade escrita. Já no item 4.13 há um destaque acerca da equipe profissional que irá prestar atendimento a pessoa com deficiência, mais especificamente a pessoa surda, para que esta possa contar com suporte que auxiliem seu processo educativo como intérpretes de Libras, professores especializados, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras e professores bilíngues. No item 5.7 destaca-se a questão da alfabetização dos surdos que deve ocorrer dentro da proposta bilíngue, sem um tempo determinado, tendo em vista que as particularidades da pessoa surda devem ser levadas em consideração.

Não é interessante que o professor exerça uma pressão em cima do aluno no seu processo de aprendizagem, ou muito menos, rotule o mesmo e determine que ele não consegue desenvolver certas habilidades, essa situação requer paciência, respeito e conhecimento acerca das particularidades do aluno.

De acordo com Ferreira (2005, p. 124):

A inclusão de todos na escola independentemente do seu talento ou deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e para a sociedade em geral. O contato das crianças entre si reforça atitudes positivas, ajudando-as a aprenderem a ser sensíveis, a compreender, respeitar, e crescer, convivendo com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. Todas as crianças, sem distinção, podem beneficiar-se das experiências obtidas no ambiente educacional.

Compete ao professor realizar práticas pedagógicas significativas no processo de ensino aprendizagem, considerando a metodologia, adaptações necessárias para o caso específico do aluno, meios que proporcionem uma relação professor-aluno como sujeitos do conhecimento, possibilitar aos alunos com surdez, seu uso habitual da língua, nas mais diversas situações, e criar situações que

proporcionem troca de experiências, como estratégia desencadeadora da valorização do próximo.

De acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), é inviável pensarmos em uma avaliação voltada apenas para mediação de conteúdos disciplinares, ela deve conter características relacionadas a temas como: meio ambiente, ética, sexualidade e saúde, trabalho, pluralidade cultural, consumo. Seguindo essa perspectiva, o professor pode oferecer atividades que ultrapassem um os conteúdos básicos, mas que contemplem temas contemporâneos e altamente relevantes para a formação e crescimento dos alunos, não deixando de ressaltar que se proponham produções em libras e textuais, para um ensino abrangente e significativo.

Aqui frisamos muito a figura do professor como um agente determinante no processo de aprendizagem do aluno surdo, mas não podemos deixar de destacar a equipe escolar de modo geral como também contribuinte nesse processo. A partir do momento que a instituição escolar recebe um aluno surdo, ela necessita passar por modificações que favoreçam cada vez mais no acolhimento, acesso e inclusão desse aluno.

É injusto atribuir apenas ao professor a responsabilidade de promover uma educação inclusiva, uma vez que a escola é composta por vários agentes, vários membros que desempenham funções indispensáveis no processo educativo. O Estado tem a obrigatoriedade de garantir a capacitação de forma continuada a todos que trabalham na escola, bem como, recursos didáticos, financeiros para a construção de um ambiente propício para a prática de inclusão, visto que trata-se de uma prática política e social, quando todos passam a ter conhecimentos coerentes, saberão agir coletivamente de forma a desencadear melhor acessibilidade ao aluno com necessidades educacionais especiais.

2.6 CURRÍCULO ESCOLAR: ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A INCLUSÃO

No âmbito educacional, constata-se cada vez mais o ingresso de pessoas com algum tipo de deficiência no sistema regular de ensino. Porém, esse processo inclusivo tem uma grande necessidade de acompanhamento adequado e de adaptações curriculares que favoreçam o acesso desses alunos de acordo com suas particularidades.

É importante ressaltar que essas adaptações não condizem com uma forma inteiramente diferenciada da prática educativa como um todo, uma vez que o currículo deve ser seguido com igualdade por todos os alunos, o que se faz necessário é que sejam oferecidos meios que possibilitem a permanência e conseqüentemente o aprendizado significativo e de qualidade dos alunos que possuem algum tipo de deficiência.

O currículo consiste em uma construção coletiva, histórica e cultural de cada escola e não deve manter um caráter inalterável ou fixo, mas sim ser um instrumento flexível e vulnerável as transformações necessárias para atender com melhor qualidade ao seu público.

A inclusão requer uma série de observações que são fundamentais para que esse processo ocorra da forma mais significativa possível, quando não há essa atenção, conseqüentemente podem haver uma série de dificuldades tanto por parte dos alunos como de professores.

Carvalho (1999) aponta que:

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo se pertinentes (CARVALHO, 1999, p. 52).

Desta forma, o ideal é que quando o aluno apresente as necessidades educacionais especiais, estas possam ser atendidas com estratégias que estejam presentes no próprio currículo, ou ainda que possam ser implantadas caso esse instrumento apresente alguma carência visível de implementações.

De acordo com os PCN, existem algumas propostas curriculares que visam favorecer o atendimento a alunos que possuem algum tipo de necessidade educacional especial. A flexibilidade, por exemplo, compete aos diversos níveis e ritmos de aprendizado; Trabalho cooperativo, participativo e simultâneo, que diz respeito a participação ativa de alunos com necessidades especiais dentro da sala de aula, compartilhando das mesmas atividades realizadas pelos demais colegas, por mais que sejam desempenhadas de modo mais diferenciado de acordo com suas particularidades; Acomodação, que compete ao plano de programação de atividades para a turma, tendo em vista a presença de alunos com alguma

necessidade especial que também devem ser contemplados dentro do mesmo planejamento.

Sendo assim, o segmento de tais propostas curriculares, bem como as alterações necessárias dentro do currículo escolar devem ser realizadas de forma conjunta, envolvendo todos os membros que participam do processo educativo, afim de que as implementações curriculares reflitam como respostas para melhor atender os alunos com necessidades educativas especiais.

Segundo Sasaki (2003) as adaptações nas salas de aulas do ensino regular são fundamentais para promover a inclusão de alunos com deficiência. Tais adaptações devem ser realizadas com toda atenção e disposição dos profissionais, que devem ter a finalidade de construir caminhos mais próximos para a aquisição do conhecimento por parte desses alunos, e de modo nenhum deve-se demonstrar atitudes profissionais que enfatizem ou busquem esconder a deficiência dos alunos

3. APORTES METODOLÓGICOS

Neste capítulo, discorreremos sobre todo o processo metodológico utilizado para a realização deste estudo. Apresentaremos o tipo de pesquisa, público alvo, instrumento de pesquisa e a análise de dados, detalhando todo o processo de apuração de informações que nos fez chegar aos fins conclusivos deste trabalho.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa e quantitativa, por ser um meio adequado para atingir nossos objetivos de investigação e ir de encontro aos nossos propósitos de compreender e refletir sobre a realidade educacional. O uso desse tipo de pesquisa nos possibilitou a obtenção de informações claras e realistas acerca das opiniões e ações do público alvo, tendo como centro da atenção de pesquisa o processo de ensino aprendizagem do aluno surdo na educação básica.

3.2 PÚBLICO ALVO

O presente estudo contou com 19 (dezenove) professores como público alvo, atuantes nas escolas discriminadas a seguir: Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Júlia Figueiredo, Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cassiano Ribeiro Coutinho, Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Tancredo Neves e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Gentil Lins todas localizada no município de Sapé-PB.

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizado um questionário (Apêndice A) como instrumento de pesquisa, contendo 12 indagações direcionadas aos profissionais docentes. A escolha deste instrumento de pesquisa se fundamenta pelo fato deste método possibilitar a obtenção de informações mais objetivas,

favorecendo para que os entrevistados possam responder da forma mais verdadeira possível de acordo com suas opiniões individuais, sem interferências que atinjam a autenticidade das respostas

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Para a realização desta análise, foi desenvolvida uma leitura minuciosa acerca das perguntas lançadas, bem como uma pesquisa bibliográfica exaustiva referente ao assunto abordado, o que possibilitou a aquisição de informações precisas para os fins conclusivos deste estudo.

Em nossa pesquisa podemos identificar um bom número de professores que faz uso de algum recurso didático para facilitar o aprendizado dos alunos surdos, o uso de mídias e jogos aparece com maior porcentagem de uso e nos revela uma prática docente que visa o aprendizado do aluno surdo considerando meios facilitadores e estimulantes para esse processo. Porém, esse resultado não é unificado a todos os entrevistados, percebemos também que existem professores que afirmam não usar nenhum recurso didático para auxiliar na aprendizagem do aluno surdo, demonstrando assim, uma certa negligência ao aluno com necessidade educacional especial.

Com base na opinião docente, constatou-se que tais profissionais, em sua maioria consideram que o aprendizado do aluno surdo sem a presença do intérprete em sala de aula se torna algo falho, provedor de lacunas, insatisfatório, por mais que se aprenda algo, mesmo que com muita dificuldade, tais profissionais reconhecem na prática a necessidade de haver esse trabalho conjunto entre professor e intérprete com um só propósito de garantir um aprendizado realmente significativo para o aluno com surdez.

Tratando-se das dificuldades encontradas para se trabalhar com alunos surdos, a pesquisa nos revela que a maior parte dos entrevistados aponta para a falta dos recursos, falta de intérprete e formação inadequada, o que demonstra inicialmente, escolas que não dispõem ou não oferecem meios para que se realize um ensino adequado e de fato inclusivo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Abordaremos neste capítulo todos os resultados atingidos através da pesquisa desenvolvida, bem como as discussões sobre os dados apresentados em cada gráfico exposto.

Gráfico 1 – Qual sua Formação profissional?



Fonte: Martins, 2018

O Gráfico 1, nos mostra que os profissionais da educação estão se empenhando cada vez mais para buscar uma formação mais qualificada em sua profissão, onde vemos que 58% (cinquenta e oito por cento) dos entrevistados possuem especialização e 42 % (quarenta e oito por cento) são graduados. Esse dado revela um fator positivo para educação, já que identificamos profissionais com formação adequada para exercerem suas funções.

Gráfico 2 – Há quanto tempo ensina a alunos surdos?



Fonte: Martins, 2018

Em análise ao Gráfico 2, percebemos que todos os professores entrevistados já vem trabalhando com alunos surdos há um certo tempo, onde vemos que 63% (sessenta e três por cento) trabalha de 1 a 5 anos, 32% (trinta e dois por cento) de 5 a 10 anos e 5% (cinco por cento) de 10 a 15 anos. Percebemos que a maioria dos docentes vem passando por essa experiência em um período mais recente.

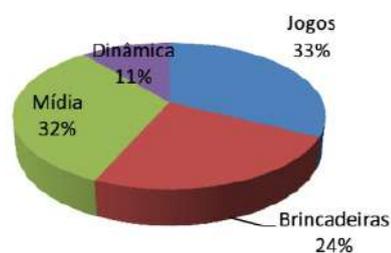
Gráfico 3 – Você utiliza algum recurso didático para facilitar o ensino aprendizagem dos alunos surdos?



Fonte: Martins, 2018

No Gráfico 3, quando questionados acerca do uso de recursos didáticos para facilitar a aprendizagem dos alunos, 68,5% (sessenta e oito e meio por cento) dos docentes entrevistados alega fazer uso, porém 31,5% (trinta e um e meio por cento) afirma não utilizar nenhum recurso como meio facilitador do processo. Este último número citado, trata-se de uma quantidade relevante de profissionais que provavelmente exerce uma prática pedagógica mais tradicionalista e não atenta-se para meios que podem promover uma educação mais significativa.

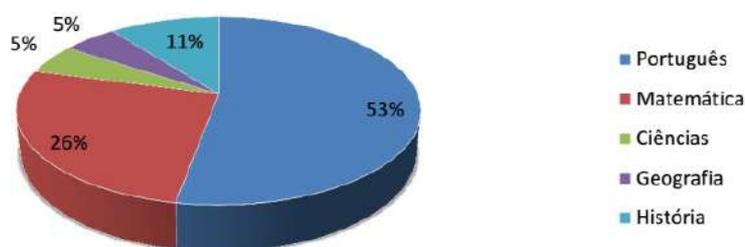
Gráfico 4 – Se sim, Quais?



Fonte: Martins, 2018

O Gráfico 4, vem apresentar quais recursos didáticos são mais utilizados pelos profissionais que afirmaram recorrer a esses meios de ensino. Vemos que 32% (trinta e dois por cento) faz uso de mídias, 24 % (vinte e quatro por cento) utiliza brincadeiras, 33% (trinta e três por cento) trabalha com jogos e 11% (onze por cento) faz uso de dinâmicas.

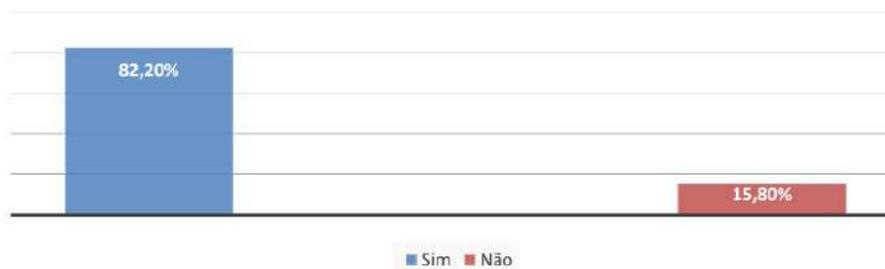
Gráfico 5 – Quais as disciplinas que eles sentem mais dificuldades?



Fonte: Martins, 2018

O Gráfico 5, nos revela as disciplinas que os alunos surdos sentem maior dificuldade, onde temos a língua portuguesa em maior proporção, aparecendo com 53% (cinquenta e três por cento), em seguida a matemática com 26% (vinte e seis por cento), história 11% (onze por cento) e geografia e ciências com 5% (cinco por cento) cada.

Gráfico 6 – Na sala de aula a qual você atua, possui intérprete?



Fonte: Martins, 2018

O Gráfico 6, que questiona sobre a presença do intérprete em sala de aula, nos revela que 84,2 % (oitenta e quatro vírgula dois por cento) dos entrevistados afirma dispor do profissional em sala de aula. Já 15,8 % (quinze vírgula oito por cento) dos docentes alega que não existe a atuação de intérprete na sala em que ministra aulas.

Gráfico 7 – Existe aprendizagem do aluno surdo sem a presença do intérprete?



Fonte: Martins, 2018

Em análise ao Gráfico 7, quando questionados sobre a interferência da ausência do intérprete no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, 79% (setenta e nove por cento) dos docentes afirmou que a aprendizagem não se torna possível sem a ajuda do profissional especializado, enquanto 21% (vinte e um por cento) alega que o aprendizado dos alunos com surdez acontece, mesmo sem a presença do intérprete em libras na sala de aula.

Gráfico 8 – Você possui curso de Libras?



Fonte: Martins, 2018

O Gráfico 8, nos mostra que a maior parte dos professores entrevistados que trabalham com alunos surdos não possui o curso de Libras, são eles 68% (sessenta e oito por cento), apenas 32% (trinta e dois por cento) desses profissionais afirma ter o curso da língua brasileira de sinais.

Gráfico 9 – Qual a maior dificuldade encarada ao se trabalhar com alunos surdos?



Fonte: Martins, 2018

Quando questionados sobre a maior dificuldade encarada para se trabalhar com alunos surdos em sala de aula, 53% (cinquenta e três por cento) dos professores alegou que a falta de recursos é um grande empecilho, em seguida, aparecem a formação inadequada e falta de intérprete com 21% (vinte e um por cento) cada, e por último o ambiente inadequado com 5% (cinco por cento).

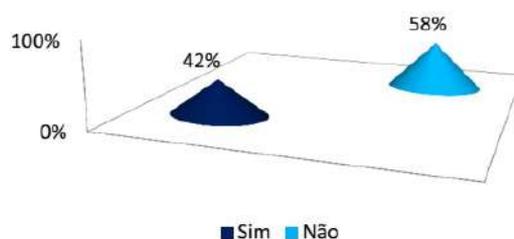
Gráfico 10 – Os alunos surdos estão devidamente inclusos no sistema regular de ensino da sua escola?



Fonte: Martins, 2018

O Gráfico 10, vem nos revelar a opinião dos docentes quando indagados sobre a inclusão de seus alunos surdos no sistema regular de ensino da escola na qual atuam, onde 63% (sessenta e três por cento) dos entrevistados considera que os alunos com surdez estão devidamente inclusos, enquanto 37% (trinta e sete por cento) alega que não há a inclusão ideal dos alunos surdos dentro da instituição de ensino em que trabalham.

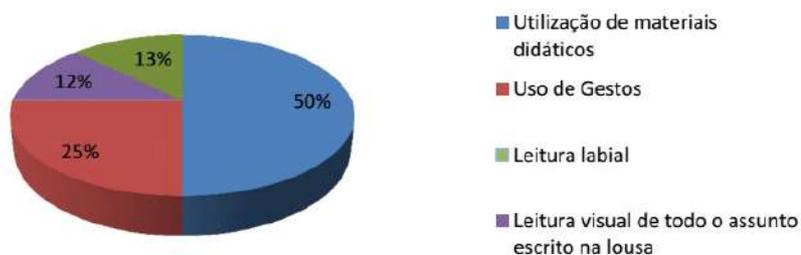
Gráfico 11 – Existe aprendizagem dos alunos surdos com professores sem a formação especificada?



Fonte: Martins, 2018

O Gráfico 11, representa a opinião docente sobre a possibilidade de aprendizagem dos alunos surdos dispondo apenas de professores sem a formação especificada, onde 58% (cinquenta e oito por cento) dos entrevistados considera um processo inviável e outros 42% (quarenta e dois por cento) afirma que a aprendizagem é possível, mesmo não se dispondo da formação específica para ensinar a alunos surdos.

Gráfico 12 – Se sim, é devido a:



Fonte: Martins, 2018

Os professores que afirmaram a possibilidade de aprendizagem dos alunos surdos sem a participação de intérprete em sala de aula, alegam que tal processo acontece devido a vários fatores. A utilização de materiais didáticos aparece como maior facilitador nesse caso, com 50% (cinquenta por cento), em seguida o uso de gestos com 25% (vinte e cinco por cento), a leitura labial com 13% (treze por cento) e por fim a leitura visual de todo o assunto escrito na lousa com 12% (doze por cento).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de estudar o processo de ensino aprendizagem de alunos surdos dentro da educação básica em escolas públicas, a presente pesquisa demonstra as opiniões docentes, dificuldades e um pouco das suas ações para favorecer no aprendizado dos alunos surdos em sala de aula.

É visto que todos os entrevistados são profissionais qualificados para exercer a profissão docente e trabalham atualmente com alunos surdos em sala de aula, porém apenas uma pequena parte desses professores dispõe do curso de libras. Boa parte desses docentes afirma ter a presença do intérprete em sala de aula, o que vem a ser um ponto muito positivo tratando-se de inclusão e favorecimento de aprendizado com eficácia, porém, não podemos ignorar os dados que apontam para professores que não dispõem da presença do intérprete ou do curso de libras. Neste caso, atentamo-nos para um fato real e que não é distante de nós.

Muitas vezes não acontece inclusão de alunos surdos, pela falta de recursos e meios extremamente necessário para sua aprendizagem, com esta ausência esses alunos passam a ser apenas inseridos em sala de aula sem o suporte ideal para seu desenvolvimento na aprendizagem.

O uso de recursos didáticos como jogos, brincadeiras, mídias, entre outras ferramentas, são meios que despertam a curiosidade, o desejo de conhecer e investigar, são meios que ensinam de uma forma diferente, porém prazerosa. Um aluno surdo não pode ser visto como um estudante que não necessita ou não corresponde a esses estímulos, mas um educando comum, que tem interesse por conhecer mais, brincar ao mesmo tempo que aprende, é um aluno que assim como qualquer outro, necessita de passar por várias formas de aprendizagem, desenvolvendo assim suas potencialidades, não sendo assim, não estamos falando de inclusão em sala de aula.

Nosso estudo aponta para uma grande dificuldade no aprendizado da disciplina de língua portuguesa por parte dos alunos com surdez. É compreensível que trata-se de um processo muito difícil ensinar uma língua escrita a alguém que não dispõe da oralidade. É importante que desde muito cedo, nos primeiros anos de ensino, faça-se apresentações de palavras em Libras e em língua portuguesa como uma forma de propiciar a aproximação e conhecimento conjugado das duas línguas, tendo que a compreensão da língua pelo surdo se dá de uma forma visual.

Obviamente, essa forma de conciliar as duas línguas não reduz a importância de um intérprete como uma figura fundamental para o favorecimento do aprendizado do aluno surdo.

Mesmo com tantas dificuldades, é visto que uma quantidade considerável dos professores considera que os alunos surdos estão devidamente incluídos no sistema regular de ensino, não ignorando os profissionais que revelam que na instituição onde atuam não se pode afirmar que tais alunos estão incluídos, tendo em vista a inviabilidade de trabalhar de forma a garantir um ensino igualitário, de qualidade para alunos com ou sem necessidades educacionais especiais.

Alguns profissionais atribuem um aprendizado por parte de alunos surdos sem a ajuda de um intérprete a uma gama de fatores, entre eles estão: uso de materiais didáticos, uso de gestos, leitura labial e leitura visual. São meios que favorecem, porém não se fazem tão eficazes, traçando na verdade um desafio para o aluno.

A partir desta análise podemos concluir que são imensas as dificuldades a que se deparam os professores tratando-se de ensinar a alunos surdos sem dispor dos devidos meios que deveriam ser oferecidos.

É possível constatar que o maior prejudicado é o aluno com surdez, que na verdade sofre os maiores desafios, relevando a inclusão que não é um processo tão comum e que exige muitos fatores para ser efetivado de fato, as lacunas de aprendizagem que advém de um percurso de ensino que nem sempre é composto por todos os elementos necessários para garantir o êxito do aprendizado, a passagem por profissionais docentes que não buscam favorecer o aprendizado de uma forma mais lúdica e divertida que possa instigá-lo a pensar, refletir e buscar conhecimento, passando assim por uma educação bancária e monótona.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais-LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 22 de fevereiro 2018.

Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seep/arquivos/pdf/lei_9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 01 maio de 2018.

CARVALHO, Erenice Natália S. de. Adaptações curriculares: Uma necessidade. IN: Brasil. Ministério da Educação. Secretária de Educação a Distância. **Educação Especial: tendências atuais. Salto para o futuro**. Brasília: MEC/SEED, 1999.

COLL, César. et al. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.

DAMÁZIO, M. F.M. **Deficiência Auditiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007

DAMÁZIO, M.F.M. **Deficiência Auditiva**. Brasília, DF: MEC/ SEESP, 2007.

SACKS, O. **Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FERREIRA, MEC. **Reflexões críticas acerca de alguns conceitos relacionados à integração/inclusão de criança com deficiência no ensino regular**. Revista Pedagógica. Chapecó/SC, v. 15, p. 107-134, 2005.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências**. São Paulo: Cirando Cultural, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. São Paulo, Campinas. Cadernos _____Cedes, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LIMA,S.V.de. *Fatores que interferem na aprendizagem* 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/4419/1/FatoresQue-Interferem-Na-Aprendizagem/pagina1.html#ixzz154LUvTWY>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2018.

PERLIN, G. **História dos Surdos**. Florianópolis: UDESC/ CEAD, 2002.

_____. Plano Nacional de Educação nº 13.005/2014. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>>. Acesso em: 18/08/2018

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (1º e 2º ciclos do ensino fundamental) v.3. Brasília: MEC, 1997.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, jan.2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaedcespecial.pdf>. Acesso em: 13 de Agosto de 2018.

QUADROS, Ronice Muller de; Schmied, Magali L.P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SAVIANI, D. XX – formação de professores. In: Livro: Interlocuções Pedagógicas: Entrevista. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus, 2001.

SOARES, M. A. L. ET al. **A educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999. 15p.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA
GUARABIRA – PB

Esclarecimento: O questionário abaixo é parte de uma pesquisa referente ao Trabalho de

Conclusão de Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba. Os dados do questionário serão somente empregados para o referido trabalho, sem que nomes sejam mencionados.

1. Qual sua formação profissional? Especifique graduação e pós-graduação

Graduado (a) () Especialista () Mestre () Doutor()

2. Há quanto tempo ensina a alunos surdos?

() De 1 à 5 anos () De 5 à 10 anos () De 10 à 15 anos () Mais de 15 anos.

3. Você utiliza algum recurso didático para facilitar o ensino aprendizagem dos alunos surdos?

() Sim () Não

4. Se sim, Quais?

() Jogos () Brincadeiras () Mídia () Dinâmica

5. Quais as disciplinas que eles sentem mais dificuldades?

() Português () Matemática () Ciências () Geografia () História

6. Na sala de aula a qual você atua, possui intérprete?

() Sim () Não

7. Existe aprendizagem do aluno surdo sem a presença do intérprete?

() Sim () Não

8. Você possui curso de Libras?

() Sim () Não

9. Qual a maior dificuldade encarada ao se trabalhar com alunos surdos?

() Formação Inadequada () Falta de Recurso () Ambiente Inadequado () Falta de Intérprete.

10. Os alunos surdos estão devidamente Inclusos no sistema regular de ensino da sua escola?

() Sim () Não

11. Existe aprendizagem dos alunos surdos com professores sem a formação específica?

Sim Não

12. Se sim, é devido a:

Utilização de materiais didáticos Leitura labial

Uso de gestos Leitura visual de todo o assunto escrito na lousa